

REGINA SOARES JURKEWICZ (Org.)



ENTRE DOGMAS E DIREITOS:
RELIGIÃO E SEXUALIDADE

ENTRE DOGMAS E DIREITOS: RELIGIÃO E SEXUALIDADE

São Paulo
2017

Organização: Regina Soares Jurkewicz
Realização: Católicas pelo Direito de Decidir
Apoio: Fundação Ford
Organização: Católicas pelo Direito de Decidir
Tradução: Beatriz Canabrava e Clariana Lucas
Ilustradora: Amanda Daphne
Revisão de texto: Silvana Cobucci
Editoração e impressão: Max Editora
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Entre dogmas e direitos : religião e sexualidade /
[organização Regina Soares Jurkewicz]. --
1. ed. -- Jundiaí : Maxprint, 2017.

Vários autores.
ISBN: 978-85-67396-13-2

1. Identidade de gênero 2. Religião - Filosofia
3. Sexualidade - Aspectos religiosos - Cristianismo
4. Teologia feminista I. Jurkewicz, Regina Soares.

17-05783

CDD-261.8344

Índices para catálogo sistemático:

1. Teologia feminista : Cristianismo 261.8344



Católicas pelo Direito de Decidir
Rua Martiniano de Carvahó, 71, casa 11
Bela Vista - São Paulo - SP - CEP: 01321-001
(11) 3541-3476
catolicas.org.br - facebook.com/catolicasdireitodedecidir
twitter.com/ascatolicas

Sumário

Recursos teológicos feministas para uma justiça sexual e de gênero

Mary E. Hunt 11

Mudanças no cristianismo a partir de uma teologia feminista. Alguns comentários ao texto de Mary Hunt

Ivone Gebara 37

Gênero, sexualidade e religião: Um panorama do século XXI

Mary E. Hunt 63

A Política da Dissidência: O Papel de Católicas pelo Direito de Decidir na América Latina

Por Juan Marco Vaggione 77

Aborto no Congresso Nacional: padrões atuais das disputas

Flávia Biroli 105

A Política da Dissidência: O Papel de Católicas pelo Direito de Decidir na América Latina³⁵

Por Juan Marco Vaggione

1. Introdução

As religiões têm avançado em terrenos sobre os quais estavam destinadas a se retrair, gerando dinâmicas políticas que obrigam a propor novos marcos teóricos e o desenho de novas estratégias. Um desses terrenos, o da sexualidade, transformou-se em uma prioridade para as principais religiões que se mobilizam ativamente para impactar sobre sua regulamentação (moral e legal). Sem desconhecer que as religiões intervêm politicamente em conexão com diferentes temáticas, o controle da sexualidade é prioritário. Diante das mudanças na legitimidade das práticas e identidades sexuais, as principais religiões têm regido com inusitada intensidade em defesa de uma ordem moral que consideram ameaçada.

Da mesma forma que diversas regiões do mundo, a América Latina atravessa um momento significativo no que se refere a essa politização do religioso. Por um lado, a presença sustentada nas últimas décadas de sistemas democráticos, apesar de suas limitações e debilidades, permitiu um maior nível de pluralismo em temas conectados com a sexualidade que se manifesta nas discussões que passam a fazer parte das agendas públicas, e inclusive na vigência de direitos vinculados à sexualidade e à reprodução. Por outro lado, as Igrejas, tanto a Católica como as Evangélicas intensificaram

³⁵ Este artigo está baseado em Vaggione (2007). Foram produzidas algumas alterações e modificações para atualizar seu conteúdo. Vaggione, Juan Marco “The Politics of Dissent: the role of Catholics for a Free Choice in Latin America” em Ireen Dubel e Karen Vintges (editoras) *Women, Feminism and Fundamentalism*, SWP Publishers, Amsterdam 2007, p. 98-113.

a pretensão de ser as provedoras dos princípios reguladores da sexualidade, tanto morais como legais. Líderes religiosos, organizações da sociedade civil e políticos têm articulado alianças com a finalidade principal de resistir, ou se for o caso reverter, a sanção de direitos sexuais e reprodutivos.

Este artigo aborda alguns aspectos deste processo de politização do aspecto religioso ante o debate pelos direitos sexuais e reprodutivos. Em primeiro lugar considera o papel da hierarquia católica como um obstáculo principal à sanção e efetiva vigência de direitos favoráveis às mulheres e à diversidade sexual. Um obstáculo que não só se articula no plano religioso/moral, mas também opera no nível das discussões públicas e legais. O argumento nesta parte, retomando trabalhos prévios³⁶, é que a Igreja Católica soube se adaptar estrategicamente em sua defesa da família tradicional, pois sem renunciar a seus privilégios como instituição religiosa reclama direitos como ator político. Nesta dualidade (instituição religiosa/ator político) descansa, em grande parte, a forte influência da Igreja, mas paradoxalmente também sua vulnerabilidade como setor de poder nas democracias latino-americanas.

Em segundo lugar, o artigo resgata como fenômeno político a existência do pluralismo religioso na América Latina, particularmente o que se apresenta no interior do catolicismo. Diante de uma hierarquia que politiza a defesa dogmática de um modelo único de família, no qual se camuflam o patriarcado e a heteronormatividade, um importante número de fiéis constrói sua identidade religiosa em oposição à doutrina oficial. Em particular, propõe-se o conceito de dissidência para analisar Católicas pelo Direito de Decidir como uma manifestação política desse pluralismo. Esta organização instaurou na América Latina um antagonismo

³⁶ Vaggione, Juan Marco (2005) "Reactive Politicization and Religious Dissidence. The Political Mutations of the Religious" in *Social Theory and Practice*. Vol. 31, nro. 2, pps 233 a 255; Vaggione, Juan Marco "Entre Reactivos y Disidentes. Desandando las fronteras entre lo religioso y lo secular" en *La Trampa de la Moral Unica. Argumentos para una democracia laica*. Editorial Linea Andina, Mayo 2005, p. 67-82.

original com a hierarquia da Igreja Católica, pois ilumina as fraturas existentes entre a hierarquia, cada vez mais obsessiva com uma moral sexual única, e um número importante de fiéis que afirmam suas identidades religiosas de maneira plural e autônoma. Essas fraturas se transformam em espaços políticos relevantes para aprofundar os direitos das mulheres e da diversidade sexual na América Latina

2. A Igreja Católica como máquina política-religiosa

A Igreja Católica, sua hierarquia e discursos continuam sendo o principal obstáculo para a vigência dos direitos sexuais e reprodutivos nos países da América Latina. Em reação ao crescente pluralismo e liberalização da sexualidade, a hierarquia católica intervém reafirmando o dogmatismo, tanto em seus ensinamentos religiosos como em sua posição em relação ao direito (secular). A Igreja transformou suas formas de exercer o poder, mas não renunciou à intenção de controlar o corpo, particularmente o das mulheres, como uma forma de controlar a ordem social em geral.

Particularmente a partir da década de 1990 começou a se solidificar uma máquina política-religiosa com o objetivo de resistir ao reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos. A Igreja Católica comandada por Karol Wojtyła e Joseph Ratzinger priorizou a defesa de uma ordem sexual reprodutivista e matrimonial em oposição à crescente legitimidade dos movimentos feministas. Ambos os pontífices sancionaram documentos e realizaram manifestações públicas com o propósito de consolidar o ativismo conservador. Dois conceitos começaram a adquirir centralidade para nominar e resistir a esses movimentos: cultura da morte e ideologia de gênero. João Paulo II utiliza o conceito de “cultura da morte” para englobar aquelas demandas que respondem a uma “mentalidade anticonceptiva”. Embora sem mencionar explicitamente, considera o movimento feminista e suas demandas como responsável dessa cultura (particularmente a descriminalização do aborto). O pontífice convoca os fiéis

a se mobilizarem de maneira ativa para resistir e/ou reverter o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos. O outro conceito - ideologia de gênero - que também começou a ser utilizado a partir de meados nos anos 1990 é utilizado com o propósito de identificar as (supostas) características e ameaças dos movimentos feministas e pela diversidade sexual. Durante a V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe (CELAM), ocorrida na cidade de Aparecida em 2007, se expôs que “Entre os pressupostos que debilitam e menoscabam a vida familiar encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em conta as diferenças dadas pela natureza humana”. Além disso, considera que essa ideologia é a responsável por diferentes reformas legais que “ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e à identidade da família”, pois deixam de lado o bem comum para dar lugar à “criação de novos e muitas vezes arbitrários direitos individuais”³⁷.

A chegada ao poder de Francisco I gerou fortes expectativas de mudança embora, até o momento, não tenha sido realizada nenhuma reforma substancial. Apesar de declarações que pareciam flexibilizar a moral sexual, o atual Pontífice fechou as principais instâncias de *aggiornamento* da moral sexual. Sem desconhecer o impacto de algumas declarações e decisões³⁸ (inclusive reconhecendo que é uma etapa que está apenas começando) Francisco I reafirma, até o momento, a doutrina oficial e as prioridades políticas herdadas. O Papa oferece gestos que parecem deslocar a

³⁷ CELAM-Conferência Episcopal Latino-americana (2007) Documento Conclusivo da V Conferência Geral em Aparecida

³⁸ Logo depois de assumir seu mandato, Francisco I fez declarações à mídia sobre sua capacidade de julgar os gays (“Se uma pessoa é gay e busca o Senhor e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-la?”) mas logo depois esclareceu que não tinha dito nada que não fosse parte da doutrina oficial. Outro momento de expectativas foi a convocação ao Sínodo da Família que embora tenha começado com fortes expectativas foi encerrado sem maiores modificações. Finalmente, também ocuparam espaço relevante na mídia as declarações do Papa a respeito da confissão do aborto como pecado. Primeiro de forma excepcional e depois como parte do Direito canônico, o Papa ampliou as faculdades dos sacerdotes para perdoar o pecado do aborto diante do arrependimento da mulher.

herança recebida, mas ele mesmo se encarrega de obstaculizar qualquer modificação. Além da interpretação dessa política de abertura e fechamento é possível observar que existe uma continuidade que se manifesta, entre outras questões, na denúncia por parte de Francisco I da “ideologia de gênero” como um dos problemas das sociedades contemporâneas. Essa continuidade se dá não apenas com relação à máquina política-religiosa construída por João Paulo II desde meados dos anos 1990, mas também com as próprias atuações e o posicionamento de Bergoglio antes de ser eleito Papa.

Embora a Igreja Católica não tenha *aggiornado* sua postura em relação à moral sexual, modernizou os canais utilizados para fazer com que sua postura continue tendo um papel central nas regulações culturais e legais. A Igreja adaptou-se aos sistemas democráticos e se move como um ator que, inscrevendo-se como parte da sociedade civil, pressiona os poderes do Estado em defesa de sua doutrina³⁹. Sem deixar de ser uma instituição religiosa, a Igreja apela para seu direito de ser um ator político. Esse dualismo constitui um dos principais desafios, não apenas analiticamente, mas também a respeito das estratégias, uma vez que é preciso entender e confrontar a ação da Igreja Católica sem reduzi-la a um de seus componentes. Tradicionalmente, a Igreja foi e continua sendo uma instituição religiosa que no caso da América Latina tem uma forte presença histórica e cultural que lhe confere um status privilegiado em relação a outras instituições religiosas⁴⁰. Nos países latino-americanos, acostumados durante anos ao monopólio da Igreja Católica, tem sido comum o Estado delegar à Igreja a regulação da ordem moral, conformando-se assim uma poderosa aliança. A religião, a moralidade pública e as regulamentações jurídicas sobre sexualidade eram traduções em diferentes níveis que refletiam, em geral, a doutrina oficial do catolicismo. A Igreja ministrava discursos nos quais o pecado era o limite estabelecido ao comportamento da

³⁹ Ver José Casanova, *Public Religions in the Modern World*, Chicago and London: The University of Chicago Press, 1994.

⁴⁰ Tanto no nível de reconhecimento jurídico como de sustentação econômica.

população, limite que era adotado pelo estado e transformado em delito. A correspondência pecado/crime funcionou como um mecanismo no qual estado e igreja coincidiam como instituições de controle social da sexualidade.

Embora a modernidade tenha significado, em boa medida, uma ruptura na legitimidade das alianças estado/igreja, ainda persiste a tendência residual (e não por isso pouco poderosa) pela qual a Igreja utiliza seu status preferencial como instituição religiosa para influenciar os Estados de diversas formas. Para alguns governantes e legisladores a Igreja é a única voz legitimada para ditar conteúdos morais em relação à sexualidade, e esses conteúdos devem ser a base da regulamentação legal. Seja pela religiosidade dos governantes e legisladores, ou pelo lobby da igreja junto a eles, não é pouco frequente a influência direta da Igreja na tomada de decisões. Para outros encarregados de sancionar e aplicar leis, a Igreja Católica na América Latina representa a maioria da população e, como tal, provê as regras a serem seguidas por parte dos poderes do Estado. Finalmente, alguns seguem os ditados da Igreja como estratégia de governabilidade: a alta legitimidade que a Igreja conserva na região lhes serve como capital simbólico para a negociação⁴¹. A esses fatores deve-se agregar a crescente importância que as Igrejas Evangélicas estão tendo em alguns países da região. Embora essas igrejas fraturem o pretendido monopólio da Igreja Católica sobre o campo religioso, costumam (em sua maioria) ser parte do ativismo conservador contrário aos direitos sexuais e reprodutivos.

Estas influências do poder religioso evidenciam que a separação entre Igreja e Estado é ainda um processo inconcluso na América Latina. A autonomia do Estado diante da Igreja é uma dimensão importante no aprofundamento da democracia que, no caso latino-americano teve uma longa e complicada história⁴². Embora em alguns países da região

⁴¹ Embora tenha diminuído a confiança na Igreja durante o decênio 1995-2005 a Igreja ainda conserva por volta de 70% de confiança em praticamente todos os países latino-americanos (ver o “Informe de Latinobarometro 2005” em www.latinobarometro.org)

⁴² Anthony Gill, *Rendering unto Caesar: The Catholic Church and the State in Latin America*, Chicago: University of Chicago Press, 1998

tenha sido formalizada a separação, quando a sexualidade está em debate põe-se em evidência a fragilidade desses dispositivos e o poder da hierarquia religiosa (seja católica ou evangélica) sobre as legislações e as políticas públicas. O tipo de relação existente entre o Estado e a Igreja (de aliança ou de conflito) é uma dimensão fundamental para a sanção e efetiva vigência dos direitos sexuais e reprodutivos⁴³.

No entanto, a ação da Igreja não pode ser reduzida a um problema de falta de separação entre Igreja e Estado ou de insuficiente laicidade. Mesmo que esta separação fosse completa, isso não implicaria, necessariamente, que a Igreja renunciasse a ser um ator influente no nível político. Ao contrário, ao mesmo tempo em que a Igreja aceita a laicidade como regra do jogo democrático, reinscreve-se como ator político fazendo um apelo ao bem comum da sociedade. Neste papel, a Igreja diz não defender uma doutrina específica (o magistério) nem um grupo particular de pessoas (seus fiéis), mas sim a moralidade pública da sociedade civil, e nessa luta apela à cidadania para além de suas crenças. Como ator político a igreja sustenta que temas como a união entre pessoas do mesmo sexo ou a descriminalização do aborto não são exclusivos de uma religião específica, mas concernem a todos os legisladores e cidadãos. “A Igreja tem a responsabilidade de promover a moralidade pública de toda a sociedade civil com base nos valores morais fundamentais e não simplesmente proteger-se da aplicação de leis prejudiciais”⁴⁴. Nesse sentido, a decisão institucional de aceitar a separação do estado e a liberdade religiosa, reforçada durante o Concílio Vaticano II, não significou a privatização da Igreja nem de

⁴³ Para uma análise comparativa ver Htun, Mala. *Sex and the State: Abortion, Divorce, and the Family Under Latin America Dictatorships and Democracies*. New York: Cambridge University Press, 2003; y Claudia Dides (Comp.) *Diálogos Sur-Sur sobre Religión, Derechos y Salud Sexual y Reproductiva*. (Universidad Academia de Humanismo Cristiano, Chile: 2004)

⁴⁴ Congregación para la Doctrina de la Fe (1992): “Consideraciones para la respuesta católica a propuestas legislativas de no discriminación a homosexuales”.

seus fiéis⁴⁵. A Igreja instaurou uma nova etapa na qual se erige em reservatório moral da humanidade para combater o “pluralismo em chave de relativismo moral⁴⁶”.

A Igreja Católica como máquina política-religiosa prioriza a influência sobre os processos de sanção e interpretação do direito secular. Embora a Igreja aceite a diferença e autonomia entre religião e política (pelo menos em termos formais desde meados dos anos 1960), reforça a dependência que o direito secular deve ter da moral universal. O direito (ou lei civil) para ser legítimo, segundo a Igreja, deve respeitar a moral objetiva impressa nas leis da natureza. A Igreja sustenta essa dependência com particular afincamento nas formas de regular a sexualidade e a reprodução, uma vez que defende uma concepção de direito saturada de moral. Tanto a moralidade como a legalidade da sexualidade se baseiam, segundo a Igreja, no caráter reprodutivo e punitivo do ato sexual, razão pela qual rechaça os direitos sexuais e reprodutivos não apenas por serem imorais, mas também ilegítimos. As legislações que permitem esses direitos (particularmente o aborto ou os direitos para uniões de pessoas do mesmo sexo) devem, segundo a Igreja, gerar resistência por parte dos fiéis como cidadãos, políticos ou governantes. A Igreja convoca não apenas o clero, mas também os fiéis para que a partir de seu papel como cidadãos ou legisladores se oponham aos direitos sexuais e reprodutivos⁴⁷ o que gera uma crescente participação de organizações civis que defendem a postura oficial da Igreja (geralmente chamadas de pró-vida ou pró-família)⁴⁸.

⁴⁵ Ver José Casanova (ob.cit.) que propõe o conceito de “desprivatização” das religiões para analisar este fenômeno.

⁴⁶ Congregación para la Doctrina de la Fe, “Nota doctrinal sobre algunas cuestiones relativas al compromiso y la conducta de los católicos en la vida política”, Noviembre 2002

⁴⁷ Ver, por exemplo, Congregación para la Doctrina de la Fe (2003) “Consideraciones acerca de los proyectos de reconocimiento legal de las uniones entre personas homosexuales”.

⁴⁸ Ver Juan Marco Vaggione “Reactive Politicization and Religious Dissidence: The Political Mutations of the Religious” en *Social Theory and Practice*, Vol. 31, no 2, April 2005.

Essa dupla inscrição, como instituição religiosa e ator político, potencializa os poderes da Igreja para pressionar os governos e impedir a sanção e a vigência dos direitos sexuais e reprodutivos. Essa dualidade, distinguível apenas por motivos analíticos, é constitutiva do ativismo da Igreja e não deve ser borrada e reduzida a apenas uma de suas manifestações. Embora seja correto afirmar que em sua nostalgia hegemônica a Igreja Católica pode enfraquecer a necessária separação Estado/Igreja ou atuar de maneira fundamentalista, também se deve considerar que, em sua defesa de uma moral única, a Igreja intervém como um ator político legítimo utilizando procedimentos e canais democráticos. Essa irreduzível dualidade, que supera diversos marcos analíticos e normativos sobre os vínculos entre religião e política, constitui um desafio central para o aprofundamento dos direitos sexuais e reprodutivos. Se como instituição religiosa a hierarquia pode argumentar uma postura única através da doutrina oficial, quando se transforma em ator político essa pretensão se rompe e seus argumentos e ações formam parte das esferas públicas democráticas e, como tal, submetidos ao debate e à crítica. Se como instituição religiosa a hierarquia pode decidir a quem outorga reconhecimento como sujeito religioso (fieis) e inclusive expulsar alguns deles (excomunhão), como ator político está obrigada a respeitar o outro como sujeito político (cidadão) com direitos e formas plurais de identificação religiosa.

A Igreja como ator político se submete a um conjunto de regras externas e renuncia, voluntariamente ou não, ao status privilegiado que tem como instituição religiosa. Mais do que insistir na privatização das religiões, defendendo os princípios da secularização ou da laicidade, é proveitoso submeter a Igreja às regras democráticas. Em particular, este artigo considera que o pluralismo existente internamente nas comunidades religiosas oferece um espaço político fundamental para confrontar essa dualidade constitutiva da Igreja Católica.

3. Pluralismos e dissidências

Nem todos os setores religiosos reagiram da mesma forma às demandas dos movimentos feministas e pela diversidade sexual. Enquanto alguns se re-dogmatizaram como uma forma de resistência a essas demandas, outros, pelo contrário, modificaram suas posturas incorporando essas demandas como parte de seu posicionamento religioso. A postura em relação às mulheres e à diversidade sexual foi (e continua sendo) uma das dimensões mais discutidas dentro de diferentes confissões religiosas, produzindo-se em muitas delas avanços significativos em relação a uma maior igualdade. Inclusive quando se consideram os dois temas mais controvertidos (descriminalização do aborto e reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo) existem atores religiosos que consideram que devem ser reconhecidos como direitos e inclusive que também são uma opção moral aceitável⁴⁹. O pluralismo em temas vinculados à sexualidade extravasa as dicotomias religioso/secular uma vez que também as crenças e instituições religiosas (pelo menos parcialmente) têm mostrado seu dinamismo e amplitude em relação à liberdade e à diversidade nas práticas e identidades sexuais.

Este pluralismo se manifesta de diferentes formas, inclusive naquelas religiões que oficialmente reforçam uma postura heteropatriarcal. O catolicismo, como as religiões majoritárias em geral, não é uma tradição homogênea quando se consideram as atitudes e comportamentos de seus membros em relação à sexualidade⁵⁰. As pesquisas evidenciam que uma ampla porcentagem de fiéis católicos se distancia, em suas práticas e opiniões, da moral sexual

⁴⁹ Para uma relação de denominações religiosas que aceitam, de maneira direta ou indireta, o aborto e as uniões de pessoas do mesmo sexo pode-se consultar: www.religioustolerance.org

⁵⁰ Ver Juan Marco Vaggione “Los Roles Políticos de la Religión: Genero y Sexualidad mas allá del Secularismo” em *En nombre de la Vida*, Católicas por el Derecho a Decidir, Córdoba, 2005 y Katzenstein, Mary Fainsod. *Faithful and Fearless: Moving Feminist Protest Inside the Church and Military*, Princeton University Press, 1998.

defendida pela hierarquia. Não é nenhuma novidade dizer que as comunidades religiosas são heterogêneas em questões de moral sexual, pois em diversos momentos históricos se constata a distância entre o que se prescreve e as práticas concretas. O que é novo, no entanto, é que essas negociações e adaptações tenham saído à arena pública em busca de legitimação; é a existência de setores que discordam da moral sexual oficial e se mobilizam para expressar publicamente suas diferenças. Diante da postura inflexível da hierarquia, diversos setores compatibilizam sua identidade religiosa com posições favoráveis às demandas feministas e da diversidade sexual e se mobilizam para gerar mudanças tanto dentro das comunidades religiosas como na sociedade em geral. Esses setores empurram os limites da identidade católica e transformam em possível uma identificação com o aspecto religioso geralmente invisibilizado.

Essa forma de pluralismo expressa um posicionamento dissidente tanto religioso como político. É religioso porque esses fiéis manifestam um forte desacordo com a doutrina oficial, mas também é político porque se mobilizam para tornar público, visível, esse desacordo. Os fiéis reagem de diversas maneiras e dissentir constitui uma importante politização do aspecto religioso; em tanto se reafirma o pertencimento a uma comunidade religiosa se interrompe a existência de um suposto consenso. O dissidente busca romper os consensos assumidos, ou impostos, e construir um 'desde dentro' que suspende as tradições religiosas como realidades homogêneas. Dissidência é mais que um mero desacordo, é a ruptura de um consenso que inclusive gera a tendência à expulsão. É comum que as tradições religiosas considerem os dissidentes como infiltrados e que estabeleçam mecanismos para seu controle⁵¹. Em lugar de distanciar-se das religiões tradicionais como um pré-requisito para combater o patriarcado e/ou a heteronormatividade, os e as dissidentes encontram na reafirmação de sua identidade religiosa a base

⁵¹ Em 1998, o Papa João Paulo II modificou o direito canônico para facilitar a "perseguição e o castigo dos dissidentes". Ver Mark Jordan *The Silence of Sodom. Homosexuality in Modern Catholicism* (The University of Chicago Press, 2000) p. 215.

que propicia as mobilizações. Eles revertem o conteúdo patriarcal das principais religiões apropriando-se de aspectos igualitários e inclusivos inscritos na mesma tradição.

O conceito de dissidência captura a importância dessas fraturas internas não apenas no nível da identidade, mas também, e mais significativamente, como fenômeno político. Pessoas marginalizadas dentro de suas comunidades religiosas confrontam a posição oficial de suas religiões sem abandonar sua identificação religiosa. Em vez de viver suas decisões sexuais e reprodutivas de forma privada (ou inclusive secreta), os dissidentes transformam essas decisões em um tema político e público. Inscrevem como legítimas identidades consideradas impossíveis: homens e mulheres católicas que creem que o aborto pode ser uma opção moral, homens e mulheres católicas que têm parceiros do mesmo sexo, etc. As dissidências não apenas visibilizam estas identidades, mas as politizam como parte constitutiva do pluralismo contemporâneo. Em um momento em que se produz uma importante revitalização do aspecto religioso, o fenômeno da dissidência abre um espaço analítico e normativo crucial para a democratização do gênero e da sexualidade.

Essas dissidências se manifestam de formas diferentes. Uma das manifestações é a criação de organizações não governamentais que têm como objetivo principal pressionar as hierarquias religiosas e os governos para gerar uma mudança na situação das mulheres e da diversidade sexual⁵². Deste modo, um número crescente de ONGs que se identificam com diferentes religiões se mobilizam para modificar as posturas oficiais de suas instituições religiosas e para ampliar o reconhecimento e vigência dos direitos sexuais e reprodutivos. Católicas pelo Direito de Decidir, existente nos EUA, na América Latina e na Espanha é um exemplo dessas organizações, e será analisada em seguida com maior profundidade.

⁵² Como exemplo de uma numerosa lista de organizações podemos citar: Dignidad (católica), Somos Iglesia (católica), Al-Fatiha (muçulmana), Good News (evangélica) ou Keshet (judia), que integram identidades religiosas com uma postura a favor de uma definição pluralista da sexualidade

4. Católicas pelo Direito de Decidir: entre o religioso e o secular

Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) é um tipo de organização que está abrindo canais significativos para o ativismo na América Latina. Em sua dupla articulação, como parte do movimento feminista e como parte da comunidade religiosa, CDD ocupa um lugar político importante. Na atualidade existem onze grupos de CDD (com distintos tamanhos e institucionalização) nos seguintes países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e Equador⁵³. Embora cada grupo funcione de forma independente, encontram-se coordenados por uma Rede Latino-americana em virtude de seus objetivos comuns. As atividades dos grupos de CDD e da Rede são múltiplas e se adaptam aos diferentes contextos, mas têm como objetivo comum “a busca da justiça social e a transformação dos padrões culturais vigentes⁵⁴” tanto no interior da Igreja como nas sociedades em geral. Mais especificamente, CDD se mobiliza para a vigência efetiva dos direitos sexuais e reprodutivos, sendo a descriminalização e a legalização do aborto uma temática prioritária. Os países latino-americanos regulamentam de maneira diferenciada o aborto, mas partilham, em geral, de uma posição restritiva em que a descriminalização, quando existe, é excepcional.

Uma série de fatores estruturais coadjuvou, de diferentes maneiras, a emergência de CDD na América Latina. A globalização dos movimentos sociais é um desses fatores, pois os movimentos feministas e de diversidade sexual formam parte de redes internacionais e regionais que geram estratégias e linhas de ação compartilhadas em diversos contextos. Em particular, a criação das CDD na América Latina reconhece em Catholics for a Choice, organização criada em 1973 por Frances Kissling nos Estados

⁵³ Ver <http://cddcolombia.org/es/red-latinoamericana>

⁵⁴ Carta de Principios de la Red Latinoamericana de Católicas por el Derecho de Decidir (ver www.catolicasporelderechoadecidir.net)

Unidos, um antecedente e um aliado de importância. Embora Catholics for a Choice tenha surgido em um momento e um contexto específico, suas ações os transcende e ela se transforma em um antecedente relevante para a construção do ativismo católico feminista. Outro fator foi a consolidação dos regimes democráticos que caracterizam diferentes países latino-americanos. Para que organizações como CDD sejam possíveis é necessária a existência de um sistema democrático que permita que a cidadania se agrupe na sociedade civil com a finalidade de articular suas demandas e identidades e, a partir daí, influir na tomada de decisões em políticas públicas e regulamentações legislativas. Finalmente, o forte antagonismo existente no interior da Igreja sobre temas de moral sexual e a re-dogmatização da hierarquia são causas que também provocam a criação de organizações que articulam vozes que não encontram canais internos para se manifestar. O marcante patriarcado da Igreja Católica se manifesta não apenas em sua postura sobre a moral sexual, mas também na marginalização das mulheres dos espaços de poder.

A esses fatores é necessário agregar, sem dúvida, as biografias pessoais de diversas mulheres que, com engenho e coragem viram na criação de uma organização como CDD a possibilidade de gerar uma mudança cultural e legal a favor das mulheres. Mulheres que, embora postas à margem da Igreja como instituição souberam entender a mensagem de libertação e igualdade do cristianismo. Mulheres que afirmam que a igualdade de gênero, objetivo principal do feminismo, está inscrita nas religiões embora a hierarquia queira borrá-la. Um dos objetivos principais de Católicas pelo Direito de Decidir é resgatar a mensagem de libertação que as principais religiões contêm, apesar da forte influência das interpretações patriarcais. Para isso devem desconstruir os argumentos patriarcais, reinscrevendo o discurso religioso em uma perspectiva de gênero. Não sem tensões, essas mulheres geraram um espaço para a articulação de identidades feministas e religiosas que oferece um posicionamento político para confrontar as hierarquias religiosas e os setores políticos (bem como suas diversas alianças) na sustentação do patriarcado.

O que caracteriza o ativismo das CDD é que luta pelas demandas feministas através da identidade católica. Esta combinação de identidades (católica e feminista), que para muitos é um oxímoro, é politizada como parte de uma identidade homogênea que serve de base para reclamar igualdade, pluralismo e transformações sociais. As CDD redefinem, então, os limites de dois tipos de comunidade. Por um lado, rediscutem o significado de ser católica/o a partir de releituras dessas tradições; enfatizam o espírito igualitário e de justiça social e consideram que os componentes patriarcais ou heteronormativos são construções históricas que não refletem (necessariamente) essa religião. Por outro lado, as diferentes CDD são parte dos movimentos feministas e como tal se mobilizam para legitimar os direitos sexuais e reprodutivos na sociedade e nas agendas governamentais. Aportam a esses movimentos justificativas religiosas e éticas que são importantes em um contexto de repolitização das religiões. Em movimentos que se caracterizam por ser anticlericais, ou inclusive antirreligiosos, as CDD inscrevem um posicionamento favorável ao aborto a partir das crenças religiosas.

Esse pertencimento a duas comunidades permite a CDD antagonizar com a Igreja Católica a partir de diferentes registros. Por um lado, CDD participa das campanhas regionais e nacionais que pressionam para aprofundar o processo de laicidade na América Latina. Nesse sentido, as CDD organizam diferentes atividades para reclamar uma maior separação entre a Igreja e o Estado, denunciar os traços fundamentalistas do catolicismo e elaborar publicações para visibilizar a influência religiosa nas políticas públicas. Estas atividades têm como objetivo defender o processo de secularização, tanto no nível de arranjos formais como de práticas concretas⁵⁵. CDD se mobiliza para conseguir que a

⁵⁵ As organizações de CDDs e a Rede Latino-americana participam da Campanha contra o Fundamentalismo, Campanha 28 de setembro - Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe, Campanha por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos. A partir das CDDs também se desenvolvem e são divulgadas pesquisas sobre os setores religiosos conservadores (ver livro publicado por CDD Córdoba *En Nombre de la Vida* (ob.cit.) como exemplo).

Igreja Católica reduza sua influência sobre leis e políticas públicas, sendo a defesa da laicidade uma estratégia compartilhada por diferentes setores seculares e religiosos que demandam um aprofundamento nos direitos sexuais e reprodutivos. As diferentes CDD confrontam os privilégios que as Igrejas, em particular a Católica, conservam na região e denunciam as práticas políticas que enfraquecem a laicidade do sistema.

Por outro lado, o ativismo das CDDs é antagônico ao da Igreja, pois disputam os argumentos religiosos e morais que esta esgrime. Enquanto que os movimentos feministas e pela diversidade sexual tendem a renunciar aos argumentos religiosos ou morais por considerá-los irremediavelmente opressores, grupos como CDD intervêm apresentando releituras e desconstruções desses argumentos. A Igreja tem sido um ator poderoso na regulação da sexualidade na América Latina e parte desse poder radica no monopólio sobre os princípios religiosos e morais. CDD, por sua parte, inscreve princípios religiosos e morais que, reconhecendo as mesmas raízes que a hierarquia, justificam uma concepção pluralista e diversa da sexualidade.

Um dos principais impactos, que são aprofundados em seguida, é o fato de tornar visível o pluralismo religioso que caracteriza o campo católico.

5. Visibilizar os pluralismos

5. a. Pluralidade de Opiniões e Comportamentos

O poder da Igreja na América Latina radica, em grande medida, nos amplos setores populacionais que se identificam com o catolicismo. Apesar de diferentes alterações no campo religioso, a maioria da população se considera católica, o que outorga à Igreja um peso simbólico importante⁵⁶. Esses

⁵⁶ Nas estatísticas formais se considera que a maioria dos países latino-americanos têm em torno de 90% da população como católica; enquanto que para a região latino-americana a estimativa é de 80% (ver CIA World Factbook, 2005).

dados, no entanto, devem ser qualificados de duas maneiras fundamentais. Primeiro, é necessário levar em consideração que muitos dos que são contados como católicos não conservam essa identidade religiosa. Ritos como o batismo perderam muito de sua sacralidade e são mais indicadores culturais do que religiosos. Em segundo lugar, muitos dos que seguem se identificando com o catolicismo, reafirmam sua religiosidade de maneira mais reflexiva, com maior independência e autonomia das doutrinas oficiais e da hierarquia. Como tem sido proposta em numerosas abordagens; a modernidade não implica, necessariamente, em uma diminuição nas identidades religiosas, mas uma intensificação na autonomia individual dessas identidades⁵⁷.

Uma estratégia de intervenção de CDD é visualizar essa heterogênea composição dos católicos/as. Resgatar essa significativa massa de fiéis que não concorda, nem em suas opiniões nem em seus comportamentos, com a moral sexual defendida pela hierarquia. Seja através da análise de pesquisas pré-existentes ou próprias, uma atividade de CDD é a divulgação de dados que põem em evidência a fragmentação existente no interior do catolicismo⁵⁸. Esses dados confirmam que a população católica tem uma posição autônoma diante da doutrina em questões de moral sexual. Em oposição a uma hierarquia que se mobiliza defendendo a moral católica como universal, CDD evidencia que nem mesmo no interior do catolicismo essas regras morais (em sua maioria contrárias aos direitos sexuais e reprodutivos) têm uma adesão significativa.

⁵⁷ Um fenômeno bastante analisado nos últimos anos se refere ao importante crescimento do protestantismo evangélico que vem acontecendo na região.

⁵⁸ Particularmente os seguintes documentos: *A World View: Catholic Attitudes on Sexual Behavior and Reproductive Health* (Panorama Mundial: Actitudes catolicas hacia el comportamiento sexual y la salud reproductivo). Washington, DC. Catholics for a Free Choice, 2004; y *Actitudes de los Catolicos sobre Derechos Reproductivos, Iglesia-Estado y Temas Relacionados. Tres Encuestas Nacionales en Bolivia, Colombia y Mexico*. Catolicas por el Derecho a Decidir, Diciembre 2003.

A atitude de numerosos católicos/as com relação a temas como o uso de anticoncepcionais, a interrupção voluntária de uma gravidez ou a união entre pessoas do mesmo sexo, entre outros, diferem daquela sustentada pela hierarquia. Diante de uma doutrina católica que insiste em conectar o sexo com a procriação (dentro do matrimônio) proibindo todos os anticoncepcionais artificiais, os fiéis tendem a aceitar as práticas anticoncepcionais⁵⁹. Inclusive há uma alta porcentagem que aceita a anticoncepção de emergência para vítimas de violação e para os que fizeram sexo sem proteção⁶⁰. O tema do aborto foi construído pela hierarquia católica em termos absolutos: em nenhum caso e circunstância pode ser justificado moral ou legalmente. No entanto, a população católica tende a diferenciar distintas situações, apresentando uma construção complexa e plural uma vez que uma ampla porcentagem de católicos/as considera que o aborto deve ser descriminalizado em algumas ou várias circunstâncias⁶¹. Junto ao aborto, o outro tema que tem recebido o rechaço e a obsessão mais generalizada por parte da hierarquia católica é o homossexualismo. A população católica, em troca, tende majoritariamente a afirmar que os gays e lesbianas têm o

⁵⁹ Praticamente a totalidade dos pesquisados, pessoas que se identificam com o catolicismo, dizem que são a favor de seu uso e acessibilidade, e em torno de 80% afirmam que os postos de saúde e os hospitais públicas deviam oferecê-los. Ver *Actitudes de los Católicos sobre Derechos Reproductivos, Iglesia-Estado y Temas Relacionados* (ob.cit.).

⁶⁰ Nos casos de violação, mais de 80% é a favor da AE. Em caso de sexo sem proteção a porcentagem a favor é de 58% na Bolívia, 65% na Colômbia, e 77% no México. Ver *Actitudes de los Católicos sobre Derechos Reproductivos, Iglesia-Estado y Temas Relacionados* (ob.cit.).

⁶¹ Em geral a população católica tende a descriminalizar aquelas causas onde o desejo da mulher por abortar é mais justificada, por obedecer a razões duras ou externas, tais como gravidez resultado de uma violação ou que põem em risco a vida da mãe. Também a metade da população católica considera que as mulheres que abortam e/ou aqueles que as apoiam podem continuar sendo bons católicos; uma porcentagem ainda maior se manifesta contra a expulsão de uma mulher da igreja por ter abortado. Ver *Actitudes de los Católicos sobre Derechos Reproductivos, Iglesia-Estado y Temas Relacionados* (ob.cit.).

direito de expressar sua orientação sexual de forma aberta e que suas uniões sejam reconhecidas⁶².

Politizar esses desacordos e dissensos é uma estratégia significativa uma vez que o sistema de ‘duplo discurso’, característico na América Latina, é um obstáculo central para a transformação social e legal em relação à sexualidade⁶³. A brecha existente entre o discurso público (geralmente repressivo) e as ações privadas (geralmente mais permissivas) no que se refere à sexualidade e à reprodução fortalece o *status quo*, pois os setores que detêm o poder de modificar a legislação têm os recursos materiais para ter acesso à anticoncepção ou ao aborto seguro. As dissidências religiosas quebram este sistema de duplo discurso ao tornar visível a forma como importantes setores da sociedade acomodam sua identidade religiosa a uma posição mais liberalizada sobre a sexualidade. Estas dissidências religiosas tiram essas negociações da esfera do privado e as trazem a uma dimensão pública e, portanto, política. Esta pluralidade de comportamentos e atitudes vai contra a pretensão da hierarquia católica de representar os fiéis e de encarnar um discurso moral homogêneo.

5. b. Pluralidade de discursos: teologias feministas

A produção e circulação de teologias feministas tem se incrementado durante as últimas décadas. Essas teologias alternativas existem na maioria das tradições religiosas e têm em comum a busca para superar os conteúdos patriarcais e/

⁶² Os direitos de homossexuais e lesbianas para expressar sua orientação sexual de forma aberta têm mais apoio no México com 66%, enquanto que na Bolívia é de 53% e na Colômbia, 66%. *Actitudes de los Católicos sobre Derechos Reproductivos, Iglesia-Estado y Temas Relacionados* (ob.cit.)

⁶³ Ver Bonnie Shepard “The Double Discourse on Sexual and Reproductive Rights in Latin America: The Chasm between Public Policy and Private Actions”, *Health and Human Rights*, 4 (2); 110-43, Março 2000.

ou heteronormativos das principais tradições⁶⁴ e enfrentar o poder da hierarquia⁶⁵. A América Latina não é uma exceção, pois apresenta um importante desenvolvimento de debates teológicos numa perspectiva de gênero. Como afirma Ivone Gebara “...nos últimos anos a teologia feminista foi a reflexão que mais se abriu para a diversidade e, conseqüentemente, para a crítica dos dogmatismos religiosos. O simples fato de termos sido consideradas ininterruptamente durante séculos seres de segunda categoria, ventres reprodutores de homens e deuses, permite hoje que vislumbremos com mais clareza o caráter ideológico e manipulador das teologias patriarcais”⁶⁶. A importância desses debates se evidencia na existência de diversas etapas no desenvolvimento das teologias feministas na região que implicam distintas manifestações e ênfases⁶⁷.

⁶⁴ Estas teologias estão sendo geradas em praticamente todas as tradições religiosas. Para uma análise geral ver Russell, Letty M. and J. Shannon Clarkson (Eds.). *Dictionary of Feminist Theologies*, Louisville: Westminster John Knox Press, 1996; ou Comstock, Gary David, and Susan E. Henking, eds. *Que(e)ring Religion: A Critical Anthology*, New York: Continuum, 1997. Em relação ao catolicismo pode-se consultar Aquino, María Pilar, Virginia Fabella and Mercy Amba Oduyoye (eds). *With Passion and Compassion: Third World Women Doing Theology* Maryknoll, New York: Orbis, 1988; Elsa Tamez. Maryknoll (ed.) *Through Her Eyes: Women's Theology from Latin America*, New York: Orbis, 1989; Elina Vuola, *Teologia Feminista: Teologia de la Liberación*, Madrid: Iepala, 1996; Althaus-Reid, Marcella María. *Indecent Theology: Theological Perversions in Sex, Gender, and Politics*, London: Routledge, 2000.

⁶⁵ Usa-se o plural devido à existência de diferentes tipos de teologias feministas. Embora não seja mencionada expressamente, também se incorpora na categoria a teologia queer e/ou de minorias sexuais. Para exemplos bibliográficos ver nota ao pé da página número 17.

⁶⁶ Ivone Gebara, *Intuiciones ecofeministas. Ensayo para repensar el conocimiento y la religión*, Editorial Trotta, Madrid, 2000, p. 120.

⁶⁷ Em uma primeira etapa, durante a década de 1970, surge a mulher como sujeito oprimido tanto de libertação como de produção teológica; em uma segunda etapa, durante os anos 1980, a mulher se incorpora como sujeito de produção teológica por meio de uma hermenêutica com perspectiva de gênero; a terceira etapa que situa nos últimos anos implica a reconstrução teológica a partir da criação e circulação de novos discursos religiosos. Elsa Tamez, “Hermenêutica feminista latinoamericana. Una mirada retrospectiva” en *Religión y Género*, Sylvia Marcos (editora), Editorial Trotta, Madrid, 2005.

Para organizações como CDD essas teologias são um discurso relevante no cumprimento de seus principais objetivos seja para antagonizar com a hierarquia patriarcal ou para empoderar as mulheres católicas. Parte da missão de CDD é, precisamente, criar espaços de reflexão ético-católica desde uma perspectiva feminista que aporte argumentos “que ajudem a sustentar o direito a decidir, a liberdade de consciência e o reconhecimento das diferenças, a pluralidade e a diversidade”⁶⁸. Não só um espaço para a criação de teologias feministas, mas provavelmente ainda com mais relevância uma organização que divulgue essas teologias tanto na comunidade católica como na sociedade. Tornam públicos esses debates teológicos que às vezes ficam circunscritos a espaços e audiências reduzidas.

Este processo de divulgação das teologias feministas abre diferentes potencialidades no aprofundamento dos direitos sexuais e reprodutivos. Em primeiro lugar, essas teologias oferecem um discurso que colabora com o empoderamento das mulheres enquanto católicas. Os direitos sexuais e reprodutivos não se esgotam em suas dimensões formais, pois requerem para sua vigência efetiva de outra série de requisitos que vão desde as condições materiais às construções culturais que dificultam, ou inclusive impossibilitam, a vigência desses direitos. O acesso aos direitos requer a desmontagem de estereótipos culturais vinculados à culpa e ao pecado que, em muitas circunstâncias, funcionam como barreiras. Estes discursos alternativos geram um marco interpretativo onde o prazer, o corpo ou a maternidade eletiva (entre outros) são direitos que podem ser defendidos e substanciados a partir da própria identidade católica, gerando assim uma maior liberdade no momento de optar e exercer a sexualidade. Assim como é necessário o reconhecimento formal dos direitos sexuais e reprodutivos, também é importante a circulação de discursos que permitam

⁶⁸ Ver missão da Red Latinoamericana de Católicas por el Derecho de Decidirem <http://cddcolombia.org/es/red-latinoamericana>

a certos setores da população apoderar-se dos referidos direitos através de processos que os isentem de culpa⁶⁹.

Em segundo lugar, o uso destas teologias feministas permite resgatar a experiência concreta das mulheres, de seus corpos, como ponto de partida para a reflexão. Deste modo, o aborto e sua moralidade deixam de ser um princípio abstrato e passam a ser considerados nos esquemas de opressão e exclusão das sociedades contemporâneas. Nesses casos as e os teólogos abrem um espaço moral para o aborto como escolha da mulher a partir de “reconstruir imagens de Deus impostas pelo patriarcado e resgatar a experiência de imagens de um Deus de amor e ternura, próximo às mulheres, um amigo/a para as horas difíceis, companhia segura quando nos encontramos nos “limites da vida””.⁷⁰

Finalmente, essas teologias propõem uma releitura da tradição católica que disputa o monopólio interpretativo da hierarquia eclesiástica. As teologias feministas oferecem discursos que desconstróem os argumentos oficiais usados para recusar os direitos sexuais e reprodutivos. Por um lado, evidenciam a existência do pluralismo e a heterogeneidade no interior da comunidade católica, socavando o poder da hierarquia eclesial para falar em nome de um coletivo homogêneo. Por outro lado, essas teologias proveem argumentos que contradizem a posição pública da hierarquia católica contra os direitos sexuais e reprodutivos. Aos argumentos legais ou de saúde pública, estas teologias somam argumentos morais/religiosos a favor das demandas feministas. Sirva como exemplo a construção e circulação de

⁶⁹ Precisamente, um dos objetivos de CDD, é conseguir que as mulheres não se sintam culpadas pelas decisões tomadas no campo reprodutivo, inclusive quando decidem abortar. Carta de Principios de la Red Latinoamericana de Católicas por el Derecho a Decidir.

⁷⁰ Silvia Regina de Lima Silva “En los límites de la vida: un acercamiento teológico a la problemática del aborto”; também se pode consultar Maria José Rosado “Pensando éticamente sobre concepción, anticoncepción y aborto”, ou Regina Soares “Igreja Católica e Aborto: Pluralidade de posicionamentos”, os três artigos estão incluídos na página web de CDD www.catolicasporelderechoadecidir.net

argumentos católicos a favor da descriminalização-legalização do aborto⁷¹. Diante da postura inflexível da hierarquia, as teologias feministas apresentam argumentos que se abrem a uma posição mais complexa, inclusive favorável ao aborto como uma opção ética (e, portanto, legal).

6. Conclusões

A Igreja Católica continua sendo o obstáculo principal para o aprofundamento dos direitos sexuais e reprodutivos. Longe de esgotar-se como fator de poder, soube acomodar-se à política sexual contemporânea. Sem renunciar a suas pretensões de controlar a sexualidade, intervém em um papel dual: como instituição religiosa e como ator político, gerando um ativismo que transcende as fronteiras entre o religioso e o secular, o pecado e o delito ou os fiéis e a cidadania. Esta complexidade fica mal conformada quando se insiste na laicidade como a única alternativa para permitir a sanção e aplicação de direitos sexuais e reprodutivos. Não há dúvida de que defender a laicidade é um caminho produtivo e necessário, pois nos países da região existem resquícios (às vezes significativos) de tempos em que a igreja e o estado estavam fusionados. Mas, as religiões continuam tendo papéis políticos nas sociedades contemporâneas, além de sua autonomia do estado, inclusive às vezes graças a ela, e como tal lutam por influenciar legislações e políticas públicas.

⁷¹ Uma estratégia consiste em demonstrar que o aborto tem sido historicamente um tema em que a Igreja sustentou diversas interpretações. Existem diversos documentos publicados a esse respeito que podem ser consultados nas páginas web de la Red Latinoamericana de Católicas por el Derecho a Decidir nas de Catholics For a Free Choice. Para um resumo se pode consultar Aborto. *Argumentos Católicos a Favor del Derecho a Decidir*. Editado por CDD-Córdoba, Argentina; Jane Hurst, *La historia de las ideas sobre el aborto en la Iglesia Católica: lo que no fue contado*, Católicas por el Derecho a Decidir, Montevideo, 1994. Também pode ser consultado Luis Perez Aguirre sj. “Aspectos religiosos del aborto inducido” y Teresa Lanza e Ivana Calle “Pensamiento Católico y Aborto: Una historia poco conocida” ambos na página web de CDD www.catolicasporelderechoadecidir.net

Mais que insistir que a Igreja retome exclusivamente seu papel como instituição religiosa, deve-se aproveitar sua inscrição como ator político. Se como instituição religiosa a Igreja pode demandar certos privilégios e construir a verdade como única, quando se submete às regras da política, em troca, o faz em um nível de igualdade com outras instituições e deve respeitar o pluralismo como dimensão constitutiva das sociedades contemporâneas; pluralismo que caracteriza tanto o campo religioso como secular. A igreja ao intervir politicamente se 'enreda'⁷² e abre uma importante janela de possibilidades já que sua mutação de instituição religiosa em ator político implica uma submissão, voluntária ou não, às regras do jogo democrático. Ao se inscrever como ator político, a Igreja perde as prerrogativas que como instituição religiosa pretende manter.

Organizações como CDD inscrevem um ativismo complexo que confronta a Igreja Católica como máquina religiosa e política. Por um lado, enquanto parte do movimento feminista, esta organização potencializa a demanda pela laicidade nos países da região. Apesar de (ou talvez devido a) sua identificação com o catolicismo essa organização se mobiliza ativamente em defesa de uma política sexual que seja autônoma e independente do poder religioso. A partir do catolicismo também confronta o poder hierárquico da Igreja sobre a política contemporânea. Particularmente sobre a sanção e interpretação do direito. Diante de uma Igreja que convoca seus fiéis a evitar o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, CDD propõe um modelo de subjetivação política independente da hierarquia religiosa. Por outro lado, como parte da comunidade religiosa, CDD politiza o pluralismo existente no catolicismo a respeito da sexualidade e da reprodução. A mobilização pela laicidade se dá em conjunto com uma divulgação do aspecto religioso como favorável à demanda pelos direitos sexuais e reprodutivos.

⁷² A ideia de enredamento está tirada do artigo de Guillermo Nugent "De la Sociedad Doméstica a la Sociedad Civil: Una Narración de la Situación de los Derechos Sexuales y Reproductivos en Perú" em *Diálogos Sur-Sur* (ob.cit).

Em vez de descentrar ou privatizar as crenças religiosas como parte da política, CDD as inclui no centro de suas ações públicas. A dissidência é uma forma de crítica ao aspecto religioso sem necessariamente sair dele. Não é necessário abandonar as crenças religiosas para confrontar o poder patriarcal. A dissidência fortalece o pluralismo “dentro” do campo religioso que permite articular uma identidade católica sem renunciar ao antagonismo com o poder da hierarquia. Evidencia assim a complexidade das identidades religiosas, complexidade que também implica a existência de pessoas e setores que apoiam a agenda feminista.

Essas dissidências divulgam um posicionamento sofisticado, pois transcendem a dicotomia religioso/secular e geram um ativismo que antagoniza com a Igreja em diversos níveis. À pretensão da Igreja em erigir-se como única portadora de princípios religiosos e morais sobre a sexualidade, opõem um pluralismo religioso e moral. À tentativa da Igreja de controlar de maneira heterônima o comportamento de seus fiéis e dos cidadãos, opõem a construção de um sujeito autônomo. Ao estabelecimento por parte de Igreja de pactos espúrios com governos em que a regulação da sexualidade costuma ser moeda de troca, opõem campanhas e publicações para visibilizar de que forma esses pactos enfraquecem o sistema democrático.

“

Assim como na física de partículas, em que aceleradores aceleram partículas para que estas colidam e resultem em novas formas, também na teologia reunimos recursos valiosos provenientes de muitas religiões, das ciências físicas e sociais, das artes e, acima de tudo, das experiências humanas comuns, para imaginar novas respostas para novas perguntas de novos interlocutores.

“

No coração da religião está a espiritualidade e não as instituições.

Mary E. Hunt.



REALIZAÇÃO:



APOIO:



FORDFOUNDATION

ISBN 978-85-67396-13-2

